



# DIAGNÓSTICO DA FAUNA SILVESTRE APREENDIDA PELO BATALHÃO AMBIENTAL DO ESTADO DO AMAPÁ.

**Auridan Padilha Pereira Júnior**

Ananda Silva Araújo; Núcia Nayara Guedes Paes; Endrea Ariana Moura Santos; Samara Ronize Wanderley Rodrigues; Carlos Eduardo Costa Campos

Universidade Federal do Amapá, Departamento de Ciências Biológicas, auridanjr@yahoo.com.br

## INTRODUÇÃO

A partir do advento da Lei de Proteção à Fauna-Lei nº 5.197 de 1967 e posteriormente da Lei de Crimes Ambientais-Lei nº 9.605 de 1998, os animais pertencentes à fauna silvestre brasileira passaram a ser tutelados pelo Estado (Peters & Pires, 2002) e qualquer ação humana que culmine em apanha, morte ou comercialização não autorizada passou a ser considerado crime ambiental sob pena de detenção e multa

O tráfico de fauna silvestre no Brasil é caracterizado pela ausência de qualquer informação sistematizada ou estatística por parte dos órgãos governamentais responsáveis pela fiscalização de tal comércio. O impacto do tráfico sobre o equilíbrio ambiental é significativo: o comércio ilegal é a segunda principal causa da redução populacional de várias espécies, depois da redução de habitat devido ao desmatamento. Em termos absolutos, calcula-se que o tráfico seja o responsável pelo desaparecimento de 12 milhões de animais silvestres por ano no Brasil.

Com relação ao tráfico internacional, o principal destino é a Europa, a Ásia e a América do Norte (Renctas, 2002). Os animais são enviados pelos

aeroportos internacionais, mas as fronteiras com os demais países Sul Americanos também representam uma forma de “escoamento” da fauna nacional. Apesar de sua magnitude, os Centros de Triagem e Reabilitação de Animais Silvestres e unidades do Ibama recebem uma média de 45.000 espécimes/ano, os estudos sobre o tráfico de animais e seus impactos na biota ainda são escassos.

No cenário mundial do comércio ilegal da fauna silvestre, o Brasil, como os demais países do terceiro mundo, está entre as nações que mais perde suas riquezas naturais para os países desenvolvidos. Além de sua megabiodiversidade (Lewinsohn & Prado, 2002), contribuem para a atual ineficácia das ações de combate ao tráfico, as dificuldades operacionais associadas à vastidão territorial, a baixa severidade das penalidades previstas na legislação ambiental e a miséria em que vive grande parte da população

## OBJETIVOS

O objetivo deste estudo foi analisar os dados obtidos a partir das atividades de fiscalização (apreensão e recolhimento) da fauna silvestre pelo Batalhão Ambiental do Estado do Amapá, para elaboração de um diagnóstico do tráfico na região e estabelecimento de uma sistemática de catalogação e identificação dos animais.

## MATERIAL E MÉTODOS

Para obtenção dos dados, obtidos através dos protocolos de apreensão de animais silvestres registrados pelo Batalhão Ambiental da Polícia Militar, foram realizadas visitas semanais ao Batalhão Ambiental registrando - se os animais apreendidos, resgatados ou entregues voluntariamente pela população local

Nos protocolos foi considerada apreensão o recebimento do espécime decorrente de ação fiscalizatória com lavratura de Boletim de Ocorrência (BO) ou Auto de Infração (AI). O resgate ou recolhimento resulta da captura do animal em virtude de solicitação da população. A entrega voluntária se caracteriza quando o cidadão espontaneamente procura o órgão competente para entregar o espécime que era ilegalmente mantido sob sua guarda

Os espécimes foram identificados de acordo com Andrade (1997), Becker & Dalponte (1991), Borges (1999), Campbell & Lamar (1989), Coborn (1991), Duarte (1996), Emmons (1990), Ernst & Barbour (1989), Frisch (1981), Machado *et al.*, (1998), Oliveira & Cassaro (1999), Puerto (1992), Ridgely & Tudor (1994), Santos *et al.*, (1995), Sick (1997), Silva (1994), Silva - JR. (1956), Souza (1998) e Taddei (1973).

## RESULTADOS

Um total de 221 espécies foram apreendidas ou doadas ao Batalhão Ambiental do Estado do Amapá. Os mamíferos foi o grupo predominante com 95 espécies correspondendo 42% do total de espécies apreendidas, seguido pelas aves com 86 espécies (38%) e répteis com 45 espécies (20%). Das espécies de mamíferos, *Cebus apella* (11), *Bradypus tridactylus* (7) e *Tamandua tetradactyla* (7) corresponderam ao maior número de apreensões (26,1%) do total. Das aves apreendidas, as mais representativas foram *Sporophila angolensis* (28), *Tyto Alba* (14) e *Sporophila lineola* (9). Dos répteis, os quelônios *Podocnemis unifilis* (13) e *Geochelone denticulata* (8), tradicionalmente utilizados para alimentação, e a serpente *Boa constrictor* (7), utilizada como “xerimbabo” e na terapêutica, através, principalmente, do uso da banha, foram as espécies mais representativas.

## CONCLUSÃO

A fauna apreendida e recolhida foi maior que a fauna efetivamente analisada o que indica que ainda existem falhas na implementação deste projeto. Entretanto, cabe ressaltar que as falhas se encontram, principalmente, relacionadas à ausência de uma estrutura física adequada para triagem dos animais e não a uma falta de apoio por parte da Polícia Militar de Meio Ambiente nos anos relativos a este estudo. Este estudo reflete a necessidade de elaboração de medidas mitigadoras quanto ao uso da fauna silvestre. Muitas espécies são caçadas para servirem como fonte de proteína e de complementação de renda, através da realização do tráfico sob encomenda, além do uso e comércio de espécies e produtos, com fins terapêuticos e afetivos (“xerimbabo”).

## REFERÊNCIAS

Andrade, M.A. 1997. Aves Silvestres - Minas Gerais. Ed. Littera Maciel Ltda. Belo Horizonte. 176p.  
Becker, M. & Dalponte, J.C. 1991. Rastros de Mamíferos Silvestres Brasileiros - Um guia de campo. EdUnB. Brasília. 180p.  
Borges, R.C. 1999. Serpentes Peçonhentas Brasileiras. Manual de identificação, prevenção e procedimentos em caso de acidentes. Ed. Atheneu. São Paulo. 148p.  
Campbell, J.A. & Lamar, W.W. 1989. The Venomous Reptiles of Latin America. ITHACA. London. 425p.  
Coborn, J. 1991. The Atlas Snakes of the World. TFH Publications, Inc. 591p.

Duarte, J.M.B. 1996. Guia de identificação de Cervídeos brasileiros. Sociedade de Zoológicos do Brasil. 8p.  
Emmons, L.H. 1990. Neotropical rainforest mammals: A field Guide. Chicago and London, The University of Chicago Press. 281p.  
Ernst, C.H. & Barbour, R.W. 1989. Turtles of the World. Smithsonian Institution Press. 313p.  
Frisch, J.D. 1981. Aves brasileiras. vol. 1. Ed. Dalgas - Ecotelc Ecologia Técnica. 353p.  
Lewinsohn, T.M. & Prado, P.I. 2002. Biodiversidade Brasileira-Síntese do estado atual do conhecimento. Contexto Acadêmica. 176p.  
Machado, A.B.M.; Fonseca, G.A.B.; Machado, R.B.; Aguiar, L.S. & Lins, L.V. 1998. Livro Vermelho das espécies ameaçadas de extinção da fauna de Minas Gerais. ed. Fundação Biodiversitas. 605p.  
Oliveira, T.G. & Cassaro, K. 1999. Guia de Identificação dos Felinos Brasileiros. 2a ed. Sociedade de Zoológicos do Brasil, São Paulo. 60p.  
Paiva, M.P. 1999. Conservação da Fauna Brasileira. Interciência Ltda. Rio de Janeiro. 260p.  
Peters, E.L. & PIRES, P.T.L. 2002. Legislação Ambiental Federal. 2ª ed. Ed. Juruá. Curitiba. 476p.  
Puorto, G. 1992. Serpentes Brasileiras de Importância Médica. p.143 - 149. In: Schwartsman, S.(ed.). Plantas Venenosas e Animais Peçonhentos. 2 ed. SARVIER. São Paulo. 288p.  
Redford, K.H. 1997. A floresta vazia. p.1 - 22. In: Valadarespadua, C. & Bodmer, R.E. (eds). Manejo e conservação de vida silvestre no Brasil. Ed. Sociedade Civil de Mamirauá.  
Renctas. 2002. Animais Silvestres - Vida à venda. 1ª ed. Dupligráfica. 260p.  
Ridgely, R.S. & Tudor, G. 1994. The birds of South America. University of Texas Press. 516p.  
Rocha, F.M. 1995. Tráfico de animais silvestres no Brasil. WWF, Relatório. Brasília. 27p.  
Santos, M.C.; Martins, M.; Boechat, A.L.; Sá - Neto, R.P. & Oliveira, M.E. 1995. Serpentes de interesse médico da Amazônia. Univers. do Amazonas. Manaus. 64p.  
Sick, H. 1997. Ornitologia Brasileira. 2a ed. Ed. Nova Fronteira. Rio de Janeiro. 862p.  
Silva, F. 1994. Mamíferos Silvestres do Rio Grande do Sul. Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 244p.  
Silva - JR, M. 1956. O Ofidismo no Brasil. Ministério da Saúde. Rio de Janeiro. 346p.  
Souza, D. 1998. Todas as aves do Brasil - guia de campo para identificação. Ed. Dall. 239p.  
Taddei, V.A. 1973. Morcegos: algumas considerações sistêmicas e biológicas. Boletim Técnico CATI 172:1 - 30.